

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.483 - SP (2018/0252820-9)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **VERA DE ANDRADE REIS KAPPAZ**
AGRAVANTE : **ANDERSON PEDRO KAPPAZ**
ADVOGADO : **DIONÍSIO APARECIDO TERÇARIOLI E OUTRO(S) - SP124806**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por VERA DE ANDRADE REIS KAPPAZ e outro, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÕES. Ação civil pública ambiental proposta pelo Ministério Público. Reserva legal. Instituição, demarcação e recuperação das áreas protegidas. Área de preservação permanente. Dever de recuperar. Sentença de parcial procedência condenado os réus ao pagamento de multa pelo descumprimento de medida liminar, a demarcar e averbar a reserva legal no prazo de 120 dias após a aprovação do projeto, recompor a cobertura vegetal da reserva legal e a absterem-se de explorar referido local. Apelo do órgão ministerial e dos réus. Preliminar. Cerceamento do direito de defesa. Inocorrência. Mérito. Com razão em parte os apelos. Suscitada aqui a inconstitucionalidade do atual Código Florestal. Cômputo das áreas de preservação permanente no cálculo da reserva legal. Possibilidade. Aplicação do artigo 15 da Lei nº 12.651/2012. Incontroversa a irregularidade ambiental no imóvel e o dever de instituir a reserva legal de 20% e de preservar e recompor as áreas de preservação permanentes. Dispensa do registro da reserva legal no Ofício Imobiliário caso haja inscrição no CAR. Aplicação da regra prevista no artigo 18, §4º, do atual Código Florestal. Obrigação de abstenção de uso da área. Possibilidade de exploração econômica, mediante o manejo sustentável. Parcial provimento dos recursos para, mantendo a condenação nas obrigações de fazer tal como lançada na r. sentença, acrescentando o dever de recuperação das áreas de preservação permanente, afastar a obrigação de averbar a reserva legal e fixar apenas o encargo de registro no CAR, bem como para fazer a ressalva de que a conclusão dos deveres de recuperar o meio ambiente (reserva legal e APP's) deve obedecer às regras e aos

Superior Tribunal de Justiça

prazos estabelecidos pelo Código Florestal vigente em conjunto com as atuais leis pertinentes, como a Lei Estadual nº 15.684 de 2015 (sobretudo se for feita adesão ao programa), devendo ser analisado pelo órgão ambiental competente o projeto apresentado pelos réus, afastando-se, assim, qualquer ordem judicial de prazo específico para a conclusão da recomposição, que deverá seguir o cronograma a ser estabelecido pelo órgão ambiental. Fica mantida a multa diária de R\$ 1.000,00, limitada a R\$ 200.000,00. Condenação dos demandados ao pagamento de multa pelo descumprimento da liminar anteriormente concedida. Condenação mantida: Sucumbência dos requeridos mantida. Apelos parcialmente providos" (fl. 907e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. **355, I e 370, parágrafo único, do CPC/2015**, sustentando a necessidade de dilação probatória e a ocorrência de cerceamento de defesa. Alega que "o r. Juízo de primeira instância (...) retirou precipitadamente dos Requeridos ora Recorrentes a oportunidade de comprovar o abrigo do disposto no artigo 68 da Lei 12.651/12" (fl. 1.003e). Afirma, ainda, que as provas requeridas haviam sido deferidas anteriormente à sentença. Por fim, defende a inaplicabilidade de multa.

Por fim, requer "seja o presente Recurso Especial recebido e provido, isto para fins de reformar a decisão atacada, consagrando não só cerceamento de defesa denunciado, bem como a improcedência completa de todos os pedidos articulados na exordial, em especial, para fins, tendo sido comprovado a devida inscrição no CAR, de afastar a obrigação dos recorrentes em providenciarem a demarcação e averbação de reserva legal no prazo assinalado, sob pena de multa" (fl. 1.014e).

Contrarrazões a fls. 1.052/1059e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 1.072/1.073e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.104/1.123e).

Contraminuta a fls. 1.129/1.135e.

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pela parte ora recorrida, buscando a condenação dos recorrentes à instituição de reversa legal e à demarcação das áreas de preservação permanente.

Julgada parcialmente procedente a demanda, recorreram as partes, restando tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do Recurso Especial.

Quanto à alegada ofensa ao art. 370, parágrafo único, do CPC/2015, o

Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada ao dispositivo tido como violado não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Superior Tribunal de Justiça

De outro lado, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que:

"No mais, esclarece-se que a dilação probatória deve ocorrer até o encerramento da instrução ou, no máximo, até a prolação da sentença. Após, somente se houver necessidade de comprovação de fato novo, não ocorrido no caso em tela. Portanto, desconsidero os documentos de fls. 747/829, juntados aos autos pelos réus somente na fase recursal.

Já a preliminar de cerceamento do direito de defesa arguida pelos requeridos não merece abrigo.

O juiz, na presidência do feito, tem a faculdade de determinar a realização das provas que entenda necessárias para o seu livre convencimento (CPC/73, arts. 130 e 131). E, por outro lado, o julgamento no estado é de rigor quando a questão de mérito for apenas de direito, e se de fato e direito, não necessitar da produção de outras provas, conforme artigo 330, I, do Código de Processo Civil de 1973.

Aqui, na r. sentença, o douto juízo monocrático entendeu desnecessária outras provas, no que agiu bem, pois os documentos juntados e a perícia realizada são suficientes para o regular deslinde do feito" (fl. 912e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente, referentes à tese de cerceamento de defesa, somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Por fim, no que tange à multa, verifica-se que a parte recorrente não indicou, de forma clara e individualizada, como lhe competia, os dispositivos legais que porventura tenham sido malferidos pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, o conhecimento do Recurso Especial exige a indicação, de forma clara e individualizada, de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Assim, seja pela alínea **a**, seja pela alínea **c** do permissivo constitucional, é necessária a indicação do dispositivo legal tido como violado ou em relação ao qual teria sido dada interpretação divergente.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. A alegação de ofensa a dispositivos legais que não foram arrolados no recurso especial constitui indevida inovação recursal, inviabilizando o exame da tese em sede de agravo interno. 2. Não há falar em omissão e, por conseguinte, em contrariedade ao art. 535 do CPC/1973, pois o julgamento da lide apenas se deu de forma contrária aos interesses da parte.

3. A admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.

(...)

8. Primeiro agravo interno desprovido. Segundo agravo interno não conhecido, por força da preclusão consumativa" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora